



AJUSTE DIRETO APR N.º 03/2025
Aquisição de Serviços para Elaboração de Plano de Mobilidade Escolar de
Alcanena

CONVITE

Pelo presente definem-se as condições do convite a efetuar relativo ao procedimento de ajuste direto acima identificado.

Entidade Adjudicante: Município de Alcanena, com sede de Praça 8 de Maio, 2380-037 Alcanena, com endereço de email geral@cm-alcanena.pt e contratacaopublica@cm-alcanena.pt

Órgão que tomou a decisão de contratar: Presidente da Câmara, no exercício das suas competências.

Fundamento da Escolha do Procedimento: Considera-se que o procedimento que garante a maior eficácia é o Ajuste Direto nos termos e de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do art.º 16.º do Código dos Contratos Públicos, com fundamento legal na alínea d), do n.º 1 do artigo 20º do mesmo Código.

CPV n.º 71621 - Serviços técnicos de análise ou consultoria

Entidade a convidar: **MPT – Mobilidade e Planeamento do Território, Lda (NIF 507136535)**

Preço Base: **€ 19.900,00 (dezanove mil e novecentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se dele não for isento;

Documentos que constituem a proposta:

- a) Proposta de acordo com o formulário disponibilizado na plataforma de contratação pública;
- b) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP;
- c) Documento que revele o poder de representação e assinatura do representante, caso aplicável;
- d) Certidão do registo comercial da sociedade ou Código de acesso à Certidão Permanente da sociedade, a que corresponde a disponibilização em suporte eletrónico;

Prazo de apresentação da proposta: até às 23h59 horas do **3.º dia após o envio do convite**;

Modo de apresentação das propostas:

A proposta e documentos que a acompanham, deverão ser submetidos através da plataforma eletrónica acinGov, em uso pelo Município: <https://www.acingov.pt>.

Caução: Não é exigida Caução;



Negociação: Não haverá lugar a negociação de propostas;

Critério de Adjudicação: Monofator, ou seja, o preço, enquanto o único aspeto da execução do contrato a celebrar, conforme disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 74º, do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

Documentos a apresentar pelo adjudicatário, após a adjudicação, estabelecendo-se o prazo de 3 dias:

- a) Declaração Anexo II ao Códigos dos Contratos Público aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29/1, também anexo, alterado e republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação;
- b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças respetivo (em alternativa pode ser dada autorização de consulta via Internet);
- c) Certidão emitida pela Segurança Social (em alternativa pode ser dada autorização de consulta via Internet NISS:20006042908);
- d) Registo Criminal da empresa e de quem obriga a empresa, de acordo com o exigido no n.º 2 do art.º 126º do CCP - Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL 18/2008, de 29 de janeiro.
- e) RCBE – Registo Central do Beneficiário Efetivo, caso aplicável;
- f) Indicação do n.º de contribuinte e de todos os dados do Cartão de Cidadão, incluindo n.º completo e data de validade dos outorgantes do contrato e documentos que lhe conferem poderes, se for caso disso;
- g) Declaração sob compromisso de honra, comprovativa de que a não recorre a trabalhadores clandestinos e/ou em situação ilegal para a execução do contrato (conforme modelo anexo).
- h) Documento comprovativo de que a firma tem implementadas medidas técnicas e organizativas adequadas em conformidade com o Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção de pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados para que o tratamento satisfaça os requisitos do regulamento e assegure a defesa dos direitos dos titulares dos dados. Em alternativa, poderão remeter a declaração que se anexa.

Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um prazo adicional de 2 dias úteis destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP.

O Vereador

(Nuno Miguel Costa Silva)

Por Delegação de Competências nos termos do Despacho ref.ª 22017, de 27 de outubro de 2021
Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autografa ¹